

CES e Centro 25 de Abril recebem 12 milhões de euros do QREN

Fundos comunitários abrem as portas à instalação definitiva no Colégio da Graça

Bruno Vicente

■ O Centro de Estudos Sociais (CES) e o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra (UC) vão ficar alojados de forma definitiva no Colégio da Graça, depois de receberem parecer favorável da candidatura aos fundos europeus. Em cima da mesa está uma quantia na ordem dos 12 milhões de euros, que chega através do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

«Acabámos de ter a confirmação de que a nossa candidatura foi aprovada», congratulou-se ontem Boaventura de Sousa Santos. O presidente do Centro de Documentação 25 de Abril e do CES recordou, no entanto, que continua a ser travada «uma luta contra o relógio» para cumprir «os prazos exigentes» do programa. «Parte do Colégio da Graça ainda tem que ser adquirida ao Ministério da Defesa», contextualizou o responsável.

Boaventura de Sousa Santos frisou o regresso de estruturas da universidade à Rua da Sofia e garantiu que o CES vai contribuir «com muitas actividades e movimento de investigadores» para dinamizar a Baixa da cidade.

A «instalação condigna» do CES e do Centro de Documentação 25 de Abril na Baixa é, de resto, uma das prioridades estabelecidas pelo reitor Seabra Santos para a segunda metade do mandato.

«Assim estamos a retomar a espaços que constituíram a primeira sede da transferência definitiva da UC para Coimbra, em 1537, e para os quais cunhamos a designação de Pólo o da Universidade», tinha afirmado o reitor a 1 de Março, no dia da Universidade.

Protocolo com Brasil tem «relevância democrática»

A Universidade de Coimbra (através do Centro de Documentação 25 de Abril) e o Ministério da Justiça brasileiro assinaram ontem um protocolo que vai possibilitar a troca de



PÓLO ZERO da Universidade cresce na Rua da Sofia

documentação referente aos regimes ditatoriais que vigoraram em Portugal e Brasil durante o século XX.

O acordo pretende alargar o acesso à memória do Estado Novo português (1933-1974) e da ditadura militar brasileira (1964-1985), mas também dos processos de transformação social e transição democrática

CONTINUA “LUTA CONTRA O RELÓGIO” PARA CUMPRIR PRAZOS

que se lhes seguiram.

As duas partes destacaram «a relevância democrática extraordinária» do protocolo e a «amizade profunda» que une Portugal e o Brasil.

«O documento visa uma colaboração prática para o reforço da democracia nos dois países», analisou Boaventura de Sousa Santos. «É também importante para evitar que se cometam alguns erros do passado», acrescentou o reitor Fernando Seabra Santos.

O ministro da Justiça do Brasil, Tarso Genro, recordou que a colaboração vai permitir «uma maior coerência internacional» das investigações produzidas pelos dois países. |

Sociedade portuguesa evita falar da guerra colonial

■ O protocolo entre a Universidade de Coimbra e o governo do Brasil teve lugar no dia de encerramento do “Seminário luso-brasileiro sobre repressão e memória política”, organizado pelo Centro de Estudos Sociais e pela Comissão de Amnistia do Ministério da Justiça da República Federativa do Brasil.

No encontro, a investigadora portuguesa Margarida Calafate Ribeiro defendeu que existe «uma estratégia de evitamento da sociedade portuguesa em relação ao tema da guerra colonial».

«Pouco se fala da guerra, mas quase todas as casas portuguesas têm histórias de

guerra. Mas o fim da ditadura, o 25 de Abril, a descolonização, ofuscam a memória da guerra colonial», acrescentou a investigadora do CES.

No encontro, o investigador brasileiro José Carlos Moreira da Silva Filho defendeu que a sociedade do seu país ainda se encontra «muito dividida» em relação à ditadura militar e que o tema é evitado e até «silenciado» por vários sectores sociais.

«Boa parte da opinião pública brasileira acha que a questão da tortura cometida pelos agentes do Estado, pela ditadura militar, foi muito mais uma invenção de sectores esquerdistas», afirmou o professor do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, em declarações à agência Lusa, à margem do seminário que teve lugar na Faculdade de Direito.

Universidade “regressa” à Baixa de Coimbra

Foi aprovada candidatura
de 12 milhões de euros